

SESSÕES DO PLENÁRIO

83ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 9 de outubro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL MARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (56). O Deputado Paulo Câmara encontra-se licenciado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/9/2019.

Do Deputado Adolfo Menezes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 30/9/2019, 1º e 2/10/2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Gostaria de submeter ao plenário as atas das seguintes sessões: ordinárias – 80ª e 81ª, realizadas, respectivamente, em 2 e 7

de outubro de 2019; especiais – 59ª e 60ª, realizadas, respectivamente, em 1º e 2 de outubro de 2019.

O Sr. Targino Machado: Não dá para discutir, não, Excelência?

A Sr.ª PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Dá para discutir? Se V. Ex.ª quiser, a gente abre para V. Ex.ª discutir.

O Sr. Targino Machado: Eu nunca fiz isso.

A Sr.ª PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): No dia em que seja menor; hoje, está muito grande.

Em discussão as atas que acabam de ser anunciadas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

A Sr.ª PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Capitão Alden, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr.ª Presidente, senhores e senhoras que estão nos assistindo, *TV ALBA*, imprensa e convidados, meus amigos, (lê) “estou acompanhando atentamente as mobilizações dos policiais e bombeiros militares da Bahia e compreendo que todas as reivindicações são justas e necessárias.

Não há como esconder que existe uma insatisfação generalizada na corporação em função do desrespeito por parte do governo do estado aos direitos dos policiais militares.

Tenho certeza de que nenhum policial gostaria de colocar em risco a segurança e a liberdade, que ele jurou defender mesmo com o risco da própria vida.

A polícia é uma força a serviço da lei e da vida e é formada por pessoas dignas, mães e pais de família que trabalham diariamente, chamados e reconhecidos pela nobreza das ações que realizam, desde o atendimento de ocorrências criminais até os atendimentos emergenciais e sociais, dos mais simples aos mais complexos.

Enquanto membro titular e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública na Assembleia Legislativa, tenho mantido firme o meu posicionamento de que precisamos ter sensibilidade com essa causa, que merece atenção especial, principalmente, do governador do Estado.

Desde o início do meu mandato, tenho feito reiterados alertas a respeito dessas insatisfações e sempre me posicionei no sentido de que era preciso haver diálogo entre as associações representativas, a área sistêmica e o comandante-geral, que é o líder da corporação. Reconheço que tem feito o que está dentro das suas possibilidades e dentro do possível, levando as demandas da sua tropa para o governador do Estado.

Infelizmente, meus amigos deputados, muitas questões fogem da competência do comandante-geral, pois requerem mudanças na legislação e, em especial, no Estatuto dos policiais militares.

É importante mencionar que já foram apresentadas, por meio de projetos de lei e indicações ao governo, soluções para muitas dessas demandas da categoria. Mas essas proposições estão tramitando aqui nesta Casa sem nenhum senso de urgência, apesar da sua importância.

A saber:

- Proposta de regulamentação da insalubridade e periculosidade...” Já tramitam nesta Casa dois projetos, um meu e outro da deputada Fabíola Mansur.

“(...) - Projeto que prevê assessoria jurídica gratuita para os policiais militares....” Hoje, o policial militar que responde processo criminal tem de arcar com as custas com advogado. Já se encontra nesta Casa uma indicação ao governador requerendo assessoria gratuita.

“(...) - Projeto que prevê a revogação do art. 130....” Hoje, o policial militar que responde a processo criminal não pode sequer concorrer a uma promoção na polícia, porque, enquanto durar o processo, simplesmente não pode nem fazer um curso. Está aqui nesta Casa o projeto, e não anda.

“(...) Projeto que prevê revogação do art. 152...” Militares que estão na reserva remunerada, quando vêm a ser condenados com pena de demissão, perdem os seus proventos da inatividade. É o único estado do país em que o policial militar na reserva remunerada perde o seu salário estando na reserva. E está aqui, Srs. Deputados.

Portanto, para contemplar os anseios da corporação e, assim, evitar que mais uma vez a população sofra os efeitos danosos da insegurança pública, sugiro ao presidente da ALBA e aos Líderes da Oposição e da Base do Governo que dediquem a atenção necessária para colocar esses referidos projetos e outras pautas na lista de prioridades.

“(...) Proponho, inclusive, que se faça uma verdadeira força-tarefa, realizando audiências e debates necessários, colocando os projetos de relevância para a categoria policial nas pautas de discussões, e até mesmo que sejam dispensadas as formalidades necessárias, de acordo com o Regimento Interno da Casa, para que haja celeridade nas discussões e aprovação das proposições.

Esta é a oportunidade de o governo estadual redimir o erro que cometeu no passado e ouvir os anseios dos policiais, pois, se assim não o fizer, estará furtando ao povo baiano a sensação...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

“(...) de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes.”

Então, meus amigos, a solução dos problemas por que passam os policiais militares está aqui nesta Casa. Diversos projetos de lei e indicações ao governador, que precisam ser votados, só dependem, unicamente, dos senhores, e não do governador.

Espero que, de fato, montemos essa força-tarefa e conclamemos todos os nossos parlamentares que tenham projetos de interesse da polícia...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a apresentarem ao plenário para serem votados.

Obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputadas, deputados, servidores desta Casa, imprensa, aqueles que nos veem pela *TV ALBA*, hoje, no Congresso Nacional, foi entregue – num ato político da Frente Parlamentar Ambientalista Nacional, do SOS Mata Atlântica, do Greenpeace – um abaixo-assinado, com mais de 1 milhão de assinaturas, no sentido de que o governo suspenda a licitação para a exploração petrolífera na zona cercania de Abrolhos. Isso vai transformar-se numa ameaça à conservação daquele ecossistema, que é um santuário do nosso estado, mas que serve a toda a humanidade.

Durante essa audiência pública, um jovem furou a segurança, foi lá e entregou ao ministro do Meio Ambiente, que também estava no Congresso, o troféu Exterminador do Futuro, que corresponde ao Oscar. Esse ministro é um verdadeiro exterminador do futuro. Quando foi secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, ele adulterou, falseou, diminuiu uma área de conservação para beneficiar a mineração. Então esse jovem criativo – essa é a verdadeira inteligência e ironia do povo brasileiro – se dirigiu a ele e lhe entregou a estatueta Exterminador do Futuro.

Pois bem, estamos diante dessa ameaça, que é a chamada para a venda dos lotes, que amanhã deverá estar aberta.

Por outro lado, hoje pela manhã já chegaram as borras de petróleo cru às praias do Litoral Norte, como Praia do Forte, que é um dos lugares mais bonitos do Litoral Norte e onde se concentram vários investimentos hoteleiros. E agora estão sendo canceladas todas as reservas daqueles que pretendiam aproveitar, inclusive, o feriado do dia 12, já que aquela praia está cheia de betume, sem as pessoas poderem circular.

E não é somente o turismo que é afetado. Principalmente, são os pescadores que ali não podem pescar, porque quando o peixe é contaminado por esse óleo pesado, quem se alimenta dele também se contamina, se prejudica, prejudica a sua saúde.

Então estamos vivendo um desastre ambiental com um prejuízo sem tamanho para o meio ambiente. Sabemos que o meio ambiente depois vai se regenerar, mas esse desastre causará um grande prejuízo à população que ali vive não só da exploração direta da pesca como também daqueles que ganham explorando ali a beleza cênica, os prazeres lúdicos daquele lugar, de quem vai aproveitar e tomar um banho de mar. Então se estende já por nove estados do Nordeste, e agora chegando ao Litoral Norte da Bahia. Infelizmente, em breve, deverá chegar a Lauro de Freitas. E até hoje as autoridades não se pronunciaram...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dizendo a origem para investigar. Mesmo porque as praias agora só podem ser limpas depois que os órgãos ambientais ali estiverem para atestar o que é aquele material que lá está.

Então, era isso, minha nobre presidenta. Infelizmente, é uma situação que acontece e nós precisamos evitar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que isso aconteça com Abrolhos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Ivana Bastos pelo tempo de 5 minutos, que permuta com a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Boa tarde, minha cara presidente. Prazer em estar aqui nesta sessão, sendo presidida por V. Ex.^a, cumprimentar aqui os deputados, a deputada Olívia, agradecer também à deputada por ter trocado esse horário conosco.

Venho aqui para registrar mais um pesar. Esta semana tem sido assim para a gente parar, para a gente refletir sobre a vida. Na última segunda-feira, ontem, registrei aqui o falecimento de quatro jovens na cidade de Guanambi, entre Guanambi e Caetité, e hoje, de mais um jovem. Um jovem de 30 anos, médico, Abner Donato, que faleceu com sua noiva num acidente na cidade de São Carlos, no estado de São Paulo. E quero aqui hipotecar a minha solidariedade a toda a família, a Rubens seu pai, Teresinha. Imagino a dor dessa família, o futuro brilhante que tinha esse rapaz, que vi nascer, que vi pequeno em Guanambi, amigo do meu filho. Deixo aqui esse registro com muito pesar, com o coração assim muito apertado.

Venho agora parabenizar o prefeito de Candiba, o jovem médico, nosso prefeito de Candiba, e cumprimentá-lo pela festa que está organizando naquele município, que é a X Vaquejada de Candiba. A vaquejada é uma parceria com a Feira de Agricultura Familiar do município, onde também é a terceira feira de agricultura familiar do município. Dizer aí ao prefeito Jarbas e nos colocar inteiramente à disposição. Desejar uma festa de sucesso, uma festa em que haja belíssimas atrações. E que o nosso mandato contribuiu com uma emenda para essa festa. E dizer que eu desejo ao povo de Candiba... É o feriado da padroeira também da cidade de Candiba, para que eles possam, sim, festejar, comemorar e – como posso dizer? – levar em frente essa missão do prefeito Jarbas.

Registrar aqui também e convidar a todos, para o III Festival de Forró da Chapada Diamantina que se inicia, amanhã, em Mucugê, município onde Marquinho Viana não colocou nenhuma emenda. Agora, Marquinho, você não é mais votado do que eu lá, de jeito nenhum...

O Sr. Marquinho Viana: Na Chapada Diamantina...

A Sr.^a IVANA BASTOS: Pode ser, mas lá, não, onde o deputado Marquinho ficou de fazer uma emenda e até agora nada. O festival começa amanhã, ainda é tempo. Convidá-lo, para que juntos possamos abraçar o povo de Mucugê, possamos abraçar o prefeito Manoel, possamos abraçar o vice-prefeito, professor Luizinho. É um festival que já é tradição, ali na Chapada Diamantina, deputada Maria del Carmen, onde o forrozeiro Targino Gondim comemora o seu aniversário. É uma festa de três dias, em que há aulas de sanfona, a gente faz tudo do forró naquela cidade. Uma cidade onde todo o turismo da Chapada, da Bahia... estive conversando com o prefeito e ele me disse que todos os leitos estão lotados, todas as casas de aluguel alugadas. Então é a economia girando na região da Chapada, girando ali na região de Mucugê.

Aproveitar e convidar todos aí, deputado Targino, para que a gente possa dançar o forró no dia 10, no dia 11 e no dia 12, na cidade de Mucugê, com o III Festival da Chapada Diamantina.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Eu quero inicialmente saudar todas e todos, tentar economizar um pouquinho de tempo. Dois assuntos me trazem a esta tribuna e o primeiro deles é para dizer do nosso trabalho, do nosso empenho na Comissão da Mulher. Hoje, na nossa 15ª reunião deliberamos, além da aprovação das nossas audiências, nós também deliberamos sobre um encontro das parlamentares, no sentido de buscarmos articular as emendas para a política para as mulheres, considerando que o Orçamento já foi aberto aqui na Casa, já está aqui na Casa e receberá emendas até o dia 15, até o dia 30, desculpem, de outubro. Portanto, nós pedimos a todos os colegas deputados que coloquem, também, parte das suas emendas. Porque se todo o mundo contribuir com a SPM, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ou mesmo nas emendas destinadas à Saúde, à Educação, estabelecer uma política pública que tenha impacto na vida das mulheres é muito importante.

Também recebemos ontem a Dr.^a Márcia Teixeira. Fizemos uma reunião, a deputada Maria del Carmen e todas as companheiras, Ivana Bastos, Fabíola Mansur, Neusa Cadore, Fátima Nunes. Estivemos também reunidas com a ex-deputada Luiza Maia discutindo, exatamente, o projeto do Ministério Público voltado para o fortalecimento do protagonismo das mulheres na política.

Nesse momento em que se discutem tanto as cotas para as mulheres, nós queremos reafirmar essas cotas. Vamos fazer, no final do ano, aqui nos dias 5 e 6 de dezembro, no Plenário desta Casa, o Parlamento Feminista, trazendo mulheres do Brasil inteiro, deputadas do Brasil e também convidadas internacionais. Será uma grande agenda de fortalecimento dessas ações de empoderamento da mulher, inclusive entendendo que nós queremos avançar ainda mais e não perder, retroagir naquilo que conquistamos. As cotas para as mulheres, quero aqui reafirmar que, somente na eleição de 2014 para a eleição de 2018, nós tivemos um crescimento de 51% de mulheres eleitas, eleitas para a Câmara Federal.

Portanto, alguns vêm, inclusive, a esta tribuna defender o fim dos 30% obrigatórios para mulheres, deputada, usando como argumento o problema do laranjal do PSL. O problema do laranjal do PSL tem que ser resolvido pela polícia, pela justiça, e não acabando com as cotas, porque isso significaria quebrar e retroagir em algo que o Brasil deu um passo que é muito importante de ser preservado. Lembro que a Argentina já tem a paridade 50/50 por lei. E foi, inclusive, um presidente conservador, ou melhor, liberal, que garantiu o pleito feito pelas mulheres. Então, nós temos que garantir esse avanço nosso aqui.

Quero dizer que, na próxima semana, eu não estarei aqui nesta Casa infelizmente, mas por um motivo que eu considero muito importante. Quero desta tribuna agradecer o convite que me foi feito pelo Fundo das Nações Unidas, que vai realizar um grande fórum, um importante fórum de alto nível, acelerado, sobre as ações globais para o cumprimento dos direitos das pessoas afrodescendentes na América Latina e no Caribe. E caberá a mim contribuir com um debate sobre o empoderamento das mulheres negras.

Portanto, considero que é uma plataforma muito importante. O substrato dessa reunião será...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) encaminhado ao encontro que haverá em Nairóbi, de revisão da Plataforma do Cairo, que foi uma plataforma de 1994, finalizando, e que terá a participação da presidenta

da comissão da Assembleia Legislativa. E eu acho que isso é muito importante para a Casa e também para a Bahia, já que eu serei a única pessoa do nosso estado a participar desse fórum, especialmente na condição de palestrante.

Então, fica aqui...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o apelo pela contribuição de todos os deputados e deputadas para conseguirmos emendas ao Orçamento voltadas para as mulheres. Era isso. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Agradeço, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido, para fazer uso da palavra, o Líder da Minoria, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Antes, porém, Excelência, Sr. Presidente, arguindo o art.33, I, eu gostaria de falar em comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deferido o pedido de V. Ex.^a. Peço abrir o tempo da comunicação inadiável.

O Sr. Targino Machado: Muito obrigado, Excelência. Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários da Casa, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, chego a esta tribuna nesta tarde deveras preocupado. Torço para não ocorrer, na plenitude, a guerra da polícia. Trabalhei muito junto ao deputado Soldado Prisco para que não fosse deflagrada a presente greve. Mas quero dizer a esta Casa o que já disse à imprensa. Não houve nenhuma surpresa no ato, quer dizer, no resultado da assembleia da polícia no dia de ontem, principalmente porque falei disso. Alertei à Casa, alertei ao governo sobre esse movimento intramuros nos quartéis. Parece que não fomos ouvidos.

Continuo, Sr. Presidente, na esperança de que as autoridades, notadamente aqueles detentores de mandato popular, retomem o equilíbrio e sentem para conversar, deixando de lado interesses políticos subjacentes e focando todos os esforços no que realmente interessa. De fato, interessa a possibilidade de ver desaparecer, no horizonte, a possibilidade de uma greve da Polícia Militar.

Esta é uma greve, Sr. Presidente, que não interessa a ninguém, nem à população, nem à própria polícia, que sempre sai de um movimento paradista com a sua imagem arranhada. A lei proíbe a greve no âmbito das polícias. Essa lei está lastreada no argumento de que as atividades que prestam serviço essencial não podem fazer greve. A lei é a lei, precisa ser respeitada a qualquer custo.

Mas não podemos perder de vista que as atividades essenciais e as atividades especiais precisam ter tratamento especial, precisam ter salários especiais. Eis, aí, a controvérsia: será que isto vem acontecendo? Será que as polícias têm merecido, por parte do governo ou dos governos, tratamento à altura do trabalho essencial e perigoso que exercem?

Apelo aos figurantes desta cena: não percam a oportunidade de sentar e conversar. A melhor saída é sempre o diálogo. Por melhor que seja ou pareça uma briga, a melhor saída é, sempre, um acordo.

Acompanho com preocupação as manifestações de S. Ex.^a, o governador Rui Costa, desde ontem à noite no intitulado *Papo Correria*. Hoje, através dos veículos de comunicação, as adjetivações menores, por parte de autoridades, demonstram despreparo emocional e falta de inteligência emocional.

Chamo a atenção para o fato de que todo cargo possui a sua liturgia. Os sentimentos que devem nortear o comportamento do governador são: a isenção, o equilíbrio e a tranquilidade, dentre outros.

Convido o governador a analisar o que é, de fato, agora, no momento, importante. Deve se fazer o diagnóstico rápido do que levou a polícia a esta atitude, e o que fazer para afastar as consequências desta atitude da polícia, isto, para sairmos rápido deste impasse, pois, como já disse, não interessa a ninguém.

Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, quero me colocar, como Líder da Oposição, à disposição do governo, à disposição da Bahia, se o governo assim desejar, a fim de tentar galvanizar o retorno ao diálogo. E tenho a impressão que o conjunto desta Casa pensa de igual modo.

Por fim, rogo a todos os figurantes deste imbróglio que possam a baixar o tom, eliminem a fogueira das vaidades, parem com as ofensas pessoais, saiam do calor da emoção. Enfim, que o governador compreenda que ele é a figura maior deste ato, desta cena, portanto, a quem cabe a grandeza, notadamente, a grandeza de espírito, Sr. Líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto.

O governador subiu o tom, errou ao adjetivar, de forma equivocada, a personalização do feito. Mas, certamente, erros outros, também, devem ter existido.

Deixo um conselho ao governador. Digo, sempre, que o velho não resiste a algumas coisas, dentre elas, não resiste a dar conselho. E, para o governador, quero deixar um conselho: ele, principalmente ele, deve ser o protagonista. Governador, o perdão não muda nada no passado, mas alarga as possibilidades do futuro.

Assim, vamos tentar refazer os caminhos, pois, sempre, há tempo para isto, uma vez que o povo está amedrontado, assustado e assombrado em suas casas e espera o apoio de todos nós.

Contem comigo para tentar restabelecer o diálogo.

Este é o meu dever, o meu papel, Sr. governador.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Targino Machado, Líder da Minoria, com certeza, nós, liderados por V. Ex.^a, nos associamos às suas palavras. Nós entendemos que toda esta Casa está imbuída desse sentimento de baixar as armas e buscar o entendimento quando o maior prejudicado é a população do nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Gostaria de convidar, para fazer o uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, lamento, profundamente, Srs. Deputados, notadamente, Srs. Deputados da Oposição, a infelicidade de uma nota, deputado Rosemberg, veiculada, hoje, no *Correio da Bahia*, na coluna *Raio Laser*, com o título *Na Barganha*.

Antes de ler isso aqui, quero deixar claro que estou, há quase 21 anos, na Oposição, e não entendo de barganha. Com certeza, quem escreveu isso entende de barganha em

terra, céu e mar. Não estou nem em lugar nenhum para barganhar nada. Eu sou muito maior do que as barganhas. Barganhas já passaram na minha porta. Possibilidade delas já bateram à minha porta e nunca me curvei a elas. Certamente, quem escreveu isso não resistiria à primeira das tentativas.

E me desculpem os jornalistas, porque nunca me viram, aqui ou acolá, a responder à opinião de jornalistas. Mas as coisas têm limites, e quando não as têm, precisa-se de colocar limites. Nisso, concordo integralmente com V. Ex.^a, deputado Rosemberg.

Passo a ler o texto *Na Barganha*.

(Lê) *“Pressionada pela Bancada de Oposição, na Assembleia Legislativa, a Secretaria Estadual de Relações Institucionais, Cibele Carvalho, ofereceu ontem um tipo de escambo para quitar emendas impositivas não pagas pelo governo do estado. Durante o encontro com os deputados oposicionistas, Cibele propôs trocar os valores por ambulâncias, por veículos policiais, equipamentos agrícolas, entre outros, que serão entregues, pouco a pouco, pelo governo, em nome dos parlamentares. A proposta agradou a turma.”*

Me respeite, Sr. Jornalista, porque eu não pertencço à sua turma. A minha turma passa distante da sua turma. Respeite a Oposição desta Casa. Defeitos, nós temos, todos nós temos. E V. S.^a, que escreveu isso, talvez tenha mais.

Aqui, eu quero dizer que nem a Oposição nem a secretária Cibele, em momento nenhum, trataram de barganha. Na verdade, o nosso pleito é que a lei seja cumprida. As emendas são impositivas, não por minha vontade, mas por vontade da maioria esmagadora desta Casa que aprovou a lei. Inclusive, a proposta não foi da Bancada da Oposição, foi, à época, da Bancada do Governo quem propôs.

Então, por favor, respeite, e não aponte o seu dedo sujo. Não quero saber quem foi. Mas esse ser, aqui, que escreveu isso, é um ser abjeto, repito, um ser abjeto. Alguns têm um caráter desprezível, um caráter ruim. Este aqui, quem escreveu isso é desprovido de caráter e coloco-me à sua disposição. Saia do anonimato e venha conversar e saiba que eu não tenho rabo preso, não tenho medo de ninguém, não tenho medo de ninguém. Minha vida já foi vasculhada de fio a pavio e não encontraram nada contra mim. Então, diferentemente de quem se esconde atrás de um biombo para apontar o dedo contra o outro.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Faça. Compre a sua briga com outrem. Comigo está comprando a briga errada.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido para fazer uso da palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas o pessoal da tribuna, da TV ALBA, segurança, turma do cafezinho, da taquigrafia. Eu queria aqui inicialmente repudiar a declaração preconceituosa do presidente da Petrobrás contra o Nordeste. Quero aqui repudiar essa declaração do Sr. Roberto Castelo Branco que disse que a produção da Petrobras, dessa empresa importante, aqui no nosso estado, é irrelevante. Isso mostra uma falta grave de conhecimento da história da Petrobras, desconsiderando toda a contribuição do estado baiano ao crescimento da Petrobras que sempre teve

entre os seus quadros os melhores técnicos. Vale ressaltar que antes de a Petrobras ser criada oficialmente já existia atividade aqui na Bahia. Então a Bahia ajudou, é um estado mãe dessa empresa e precisa ser respeitado. O presidente da Petrobrás, desprovido de qualquer humanidade, faz um discurso pró-mercado que não leva em conta a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Aqui na Bahia, Sr. Presidente, são mais de 4.000 trabalhadores diretos e 15.000 indiretos. Terceirizados que poderão perder seus empregos por pura perseguição ideológica a uma região que disse não ao fascismo e ao desgoverno atual em que se encontra o nosso país.

(Lê): “Sr. Presidente, estou nesta casa como vice-líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Partido este, que surgiu nas lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores, através de mobilizações e greves.

Hoje subo a esta Tribuna, muito preocupado com o anúncio de deflagração de uma suposta greve por uma parcela, ainda que pequena, da corporação da Polícia Militar do Estado da Bahia. E, não quero aqui entrar no mérito da legalidade da greve, que todos sabemos que é inconstitucional. O que debato aqui é a legitimidade do movimento, que apresenta até algumas pautas discutíveis, e acho que esta Casa, deve entrar em campo para intermediar um diálogo, já que um dos líderes deste movimento é um deputado estadual e compõe a Mesa Diretora desta Casa.

Porém, quero chamar a atenção da sociedade baiana, para que fique atenta” – abra o olho! porque quem abre o olho depois de furado é coco – “a mais este lamentável episódio, em que o bom senso é deixado de lado e a segurança e a vida do povo baiano são colocadas em risco.

Respeito muito a nossa Polícia Militar e sei o quanto ela é importantíssima para ajudar na garantia da lei e da ordem. O nosso governador Rui Costa é o gestor que, mesmo diante de uma crise econômica e política”, sem precedente neste país e que se arrasta há vários anos, é o governador que “ mais investiu em segurança pública no estado da Bahia, com abertura de concursos públicos para novos agentes de segurança, com novos equipamentos, novas viaturas e condições de trabalho decentes” para os nossos policiais e bombeiros.

“Claro que temos muito o que avançar ainda, e quero aqui ressaltar a importância do comandante-geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, o Comandante Anselmo Brandão, na mediação das demandas da corporação junto ao governo do estado”.

Coronel Brandão, quero parabenizá-lo pela sua postura, pela sua condução à frente da nossa valorosa Polícia Militar.

“Por fim, quero pedir que o nosso Estado não seja contaminado pelo ódio, intolerância e pelo terror, estimulados todos os dias por aqueles que não têm compromisso com as instituições democráticas e com a vida do povo que mais precisa.”

Eu queria, nesta minha fala, dizer da minha preocupação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) líder Rosemberg Pinto, com esses acontecimentos. E que esta Casa possa abrir o canal do diálogo, e que a gente possa cumprir o nosso papel para ajudar a solucionar esse entrave que não interessa à sociedade baiana, não interessa à Polícia Militar e não interessa a este Parlamento.

Lula livre!

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido a fazer uso da palavra o deputado Robinson Almeida Lula, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria aqui fazer um registro da total incompetência do governo federal, do governo Bolsonaro de enfrentar uma crise com repercussões muito graves no nosso meio ambiente, também na economia de todos os estados nordestinos, que é o vazamento de toneladas de óleo cru no litoral dos estados do Nordeste. Em vez de tomar as providências para sanear ou mitigar os problemas causados por esse vazamento, o presidente só quer saber qual é a origem do óleo. Eventualmente, talvez, para declarar uma guerra ao país que produziu o óleo, se esse país for a Venezuela.

Então, eu lamento que enquanto famílias de pescadores sofrem com essa poluição, que as nossas tartarugas morram, vítimas também da impregnação do óleo cru, que os nossos comerciantes, que os nossos hotéis sejam afetados por conta dessa situação, o presidente esteja procurando fazer política e intriga com essa situação.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho aqui hoje lamentar essa tentativa de greve comandada pelo deputado Prisco. É uma greve política, que não tem nenhum fundamento técnico. Eu já me coloquei aqui à disposição várias vezes para ajudar a negociação, quero, inclusive, o testemunho dos membros da Comissão de Segurança, quando foi colocado o tema, em hora nenhuma se dispôs a sentar, a conversar, a buscar o diálogo.

Ele acha que ano que vem tem eleição e, puxando essa greve, pode colher dividendos. É de uma irresponsabilidade a atitude do deputado Prisco, que não olha para a maioria da população, que não olha para os jovens, para as crianças, para os idosos. Só está preocupado com seus objetivos políticos. Felizmente, essa greve micou, não tem adesão em nenhum município baiano. Existe é um motim de cerca de 300 policiais e ex-policiais sob essa liderança desgastada, tocando o terror contra o povo baiano.

É uma greve política, sim. Eu queria sugerir ao prefeito ACM Neto que, ao invés de estar apontando o dedo e dando os conselhos, chamasse o seu liderado, o Soldado Prisco, para tirá-lo dessa aventura e dissesse que a sociedade baiana merece respeito e não pode ficar aterrorizada por essa atitude política e eleitoreira comandada pelo Soldado Prisco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu pedi uma comunicação inadiável, deputado Targino, eu tinha pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pela ordem o deputado Targino Machado e depois a comunicação inadiável do deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, diante da situação indesejável por que passa a sociedade baiana, com essa declaração de greve ocorrida ontem no final da tarde e as

repercussões todas disso, e pelo fato de não termos aqui Srs. Deputados à altura de tratar-mos desse assunto, que deveríamos tê-lo, é que solicito de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, e que possa mandar zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos e convidar todos os Srs. Deputados, presentes nos mais diversos locais desta Assembleia, para que compareçam a este Plenário porque está em curso, em andamento, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu havia pedido antes uma comunicação inadiável, antes, inclusive, do deputado Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu darei, eu concederei.

O Sr. Zó: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pois não, deputado Zó.

O Sr. Zó: Você pediu os 15 minutos, Targino, pediu?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É porque anterior a questão de ordem eu pedi uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): O deputado Targino pediu os 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É porque anterior à questão de ordem eu pedi uma comunicação inadiável, anterior à questão de ordem do deputado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, comunicação inadiável: “Art. 33 – São prerrogativas do Líder. Inciso I – Usar da palavra em qualquer fase da sessão por 10 minutos para fazer comunicação inadiável sempre que não haja orador na tribuna.” O problema é que o deputado Rosemberg Pinto pediu a comunicação inadiável de forma intempestiva, porque ainda havia um orador na tribuna.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, ele já tinha acabado de falar.

O Sr. Targino Machado: Não tinha ainda, pediu...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O presidente decide.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Vamos entrar no consenso. Tem 15 minutos, já que foi pedido, inclusive, pelo deputado Targino e Zó ia reforçar o pedido dos 15 minutos, mas o deputado Targino no pedido de verificação de quórum já pediu que fosse zerado o painel e aberto os 15 minutos.

Eu vou conceder a palavra ao deputado Rosemberg e Zó vai fazer a sua questão de ordem, posteriormente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai estar concedendo a comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia Lula): Isso.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia Lula): Vamos zerar o painel.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Aí zera o painel depois.

Sr. Presidente?

O Sr. Targino Machado: A comunicação inadiável pode ser feita nesses 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, mas aí para não prejudicar os outros deputados.

Sr. Presidente, a minha comunicação vai no sentido de duas questões. Uma delas é com relação a dizer a esse Plenário que nós precisamos fazer um debate claro nesta Casa e que possa ter repercussão para o cenário nacional com relação à legislação eleitoral.

Desde a semana passada que eu queria externar aqui a minha opinião, porque nós estamos enfrentando duas questões no TER da Bahia com relação a colegas aqui na Casa. Uma delas é o deputado Marcell Moraes e outra o deputado Targino Machado.

E eu queria externar aqui, porque acho que nós não podemos permitir sem obviamente emitir a nossa opinião de que, depois de dada posse, diplomado o deputado, para questões anteriores à diplomação e à eleição do deputado, na minha opinião, não faz sentido esse tipo de procedimento.

Estou falando isso à vontade porque são dois colegas da Oposição, não são da Base do Governo, não são do meu partido, mas eu quero externar essa posição porque acho que nós precisamos enfrentar esse debate na sociedade e levar aos colegas deputados federais para que possa atualizar a legislação eleitoral no sentido de fazer com que o debate das questões eleitorais se encerrem no momento da diplomação do parlamentar. Depois disso, não há que se falar em disputa, de querelas eleitorais. Se há algum questionamento, que vá para a justiça comum, mas não pode ser mais no âmbito da legislação eleitoral o que possa levar ou impedir o deputado de continuar com o seu mandato.

Então, era uma questão que queria deixar registrada e comunicar a esta Casa para que a gente possa abrir um debate sobre esse tema aqui, que está virando algo comum, inclusive, em câmaras de vereadores, as pessoas querendo tirar parlamentares por questões extra legislativa, etc. e tal.

Outra questão, diz respeito a esse episódio com relação a essa pseudogreve dos policiais militares. Eu quero aqui, e ouvi o deputado Targino, quando falou sobre a questão das manifestações do governador Rui Costa. Ora, o governador Rui Costa, como qualquer dirigente do Executivo, no estado da Bahia, tem uma preocupação com a população baiana e é natural que essa preocupação esteja refletida inclusive nas suas falas, porque não é possível se construir um factóide com relação a se utilizar, talvez politicamente dizendo... Nem sei, porque não há de fato uma reivindicação dos policiais militares do ponto de vista da interferência do Legislativo.

Disse, inclusive, para a imprensa ontem, deputado Targino, isso, porque aqui eu sou uma pessoa que, independentemente da coloração partidária, ouço as demandas aqui que dizem respeito ao governo do estado e levo ao governo do estado.

Nunca fui procurado pelo colega deputado Prisco sobre qualquer questão com relação a divergências de reivindicações dos policiais militares, que são legítimas as reivindicações. Mas não pode se permitir que 200 policiais militares se reúnam, sob a batuta de um parlamentar, e façam uma grande ação midiática na sociedade, que leva a população a ficar transtornada, fazendo com que a Secretaria de Segurança Pública tenha que tomar uma medida muito mais expressiva do que se faz atualmente para garantir a segurança pública.

Primeiro, uma exposição desses policiais militares que estiveram nessa assembleia; segundo, é expor a sociedade. Ora, está se apurando até para verificar que origem foi essa de um suposto tiro numa agência bancária, parece-me muito mais para gerar pânico na

população do que, efetivamente, fruto de uma ação de marginais. É lógico que todas as duas têm que ser coibidas, mas, num momento desse, dessa pseudo greve.

Então, eu quero aqui dizer: o governador tomou todas as medidas. As suas declarações são declarações de um gestor que está indignado como a forma, como alguém tenta expor a sociedade apenas para atender aos seus interesses, na minha opinião, certo, político-partidário.

Eu acho muito ruim, acho que a gente tem que fazer esse debate. Eu não vou entrar no mérito, porque quero fazer esse debate com a presença do deputado Prisco aqui, para não ficar, para não dizer que estou fazendo e não dar oportunidade de o deputado fazer a sua defesa. Mas, também, nós não podemos permitir isso.

E, a última, é com a relação da presença da secretária Cibele nesta Casa. Eu lamento que tenha sido utilizado, deputado Targino, a presença da secretária de relações institucionais, dessa forma como V. Ex.^a leu aqui uma matéria que saiu no jornal *Correio da Bahia*.

Ainda bem que a gente começa a perceber aqui o quanto tem sido pequeno esse debate, às vezes, em alguns órgãos de imprensa com relação às notícias que, ao invés de valorizar a informação, faz a picuinha do que não ajuda do ponto de vista da construção das relações democráticas.

O que nós estamos fazendo aqui é algo importante: está o Executivo vindo aqui ouvir o Legislativo. Coisa que sempre foi o inverso: era o Legislativo se subordinando ao Executivo. Pela primeira vez, há uma inversão de papéis. E aí algumas pessoas, não sei de que lado, começam a plantar essas informações na imprensa, essa imprensa que se submete a uma informação. Porque eu tenho convicção de que esse jornalista não estava nessa reunião. Então alguém deve ter passado a informação equivocada. E essa pessoa, de forma irresponsável, redigiu uma matéria que macula a imagem dos deputados e da secretária. Eu acho que a gente precisa tratar isso de uma forma concreta, porque nós não podemos permitir esse tipo de coisa.

Então são esses três pontos que eu queria comunicar a esta Casa. Temos que abrir um debate. Nós temos que fazer uma mediação disso. Quero aqui dizer que tem muita gente boa na imprensa, respeito a imprensa, ela deve ser respeitada. É a forma transparente de passar as informações, mas nós não podemos permitir que deputados, secretários de estado ou qualquer cidadão venha a sofrer essas calúnias, através dessa mídia panfletária.

Eu quero deixar essa minha indignação registrada aqui, deputado Tiago. E, obviamente, atendendo à solicitação do deputado Targino, obviamente, fazer os 15 minutos e dar oportunidade para que três deputados se manifestem.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Eu quero, de início, fundamentando a minha questão de ordem, dizer que eu abro mão da questão de ordem. Eu solicitei essa questão de ordem para tentar inviabilizar a fala do Líder Rosemberg e ouvi atentamente. Porque eu não gostei do tom trazido aqui à tribuna dos dois oradores que me sucederam, a respeito desse episódio da, como diz V. Ex.^a, “greve”, entre aspas. As aspas foram colocadas por V. Ex.^a. Porque eu acho que o momento é de tranquilidade, o momento é de juntar e não de apartar. O momento é de nos colocarmos na esteira de quem pode, como legisladores, é nosso o

dever de conversar, de falar, de falar, de falar. De entrar numa negociação com vontade de dela só sair quando esgotar todos os recursos.

Mas eu quero dizer a V. Ex.^a que eu entro nessa discussão, quero entrar nessa discussão, porque há exaustão. E já entro certo de que nada vai exaurir as minhas forças. Disse ali, e tenho certeza, que é o sentimento da quase unanimidade da Oposição, que essa greve não interessa nem a Bahia, nem aos baianos, nem à Polícia Militar. Como não interessa também subir o tom e fazer adjetivações que, entendo, são próprias do calor da emoção. Mas tomara que a poeira baixe e que as pessoas readquiram o equilíbrio e a tranquilidade para buscarmos o entendimento. E não colocar mais lenha nessa fogueira, que pode trazer prejuízos para a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Então V. Ex.^a retira?...

O Sr. Targino Machado: Retiro a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Não havendo mais a questão de ordem, entramos no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não... Ele retirou a questão de ordem para...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): A verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) e a gente combinou com os outros três oradores.

(O Sr. Deputado Targino Machado fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Há um entendimento de estender...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É... eu vou pedir... eu vou pedir... Olha bem, só três oradores estavam inscritos, talvez até eu tenha, pelo fato de ter solicitado, tanto eu quanto o deputado Targino... Pedimos comunicação inadiável, o que tirou, obviamente, o tempo de cada um. Eu queria pedir a... a...

O Sr. Targino Machado: Permita-me, Sr. Presidente. Na verdade, eu quero que todos entendam qual foi o meu objetivo. Imaginei que o deputado Rosemberg viesse num tom superior ao que veio, ele não passou do limite, mas tentei porque o meu papel, o meu dever aqui precisa ser esse, o de acautelar, de tentar evitar, e não o de engessar as emoções...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Ficou compreendido por todos.

O Sr. Targino Machado: (...) Mas, mediante o apelo do deputado Rosemberg,...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Só corrigindo: existem inscritos não três, existem inscritos...

O Sr. Targino Machado: (...) eu quero solicitar... dizer a V. Ex.^a que eu concordo com o pleito do Líder Rosemberg de que podemos estender o tempo do Pequeno Expediente...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Estender o Pequeno Expediente. Nós temos seis deputados inscritos ainda...

O Sr. Targino Machado: (...) para a fala dos três deputados previamente inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Havendo o entendimento entre as Lideranças, estenderemos o Pequeno Expediente, havendo ainda seis inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Próximo inscrito... Convido o deputado Antonio Henrique para fazer uso da palavra por até 5 minutos.

O Sr. ANTONIO HENRIQUE JR.: (Lê) “Sr. Presidente, hoje ocupo esta tribuna para anunciar que o papa Francisco escolheu e nomeou o bispo da Diocese de Barreiras, Dom Josafá Menezes da Silva, para ser o novo arcebispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista.

Dom Josafá Menezes da Silva é o segundo bispo da Diocese de Barreiras, que teve como primeiro bispo o saudoso Dom Ricardo Weberberger. Ele foi também bispo auxiliar em Salvador, atualmente tem trabalhado bastante para fortalecer a tradicional Romaria do Cantinho do Senhor dos Aflitos e concluir o Parque Santo Cristo, em Barreiras.

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, por seu trabalho de evangelização no Oeste baiano, Dom Josafá recebeu, merecidamente, desta Casa Legislativa a Comenda Dois de Julho, fruto de uma proposição nossa. Estamos felizes pela escolha de Dom Josafá como novo arcebispo de Vitória da Conquista e desejamos muitas realizações na sua nova missão.

Muito obrigado pelo seu trabalho pastoral entre nós!”

Sr. Presidente, também quero agradecer a vinda do vice-governador João Leão à nossa Comissão Conjunta de Infraestrutura e de Desenvolvimento Urbano com a presença de vários deputados presentes, da deputada Olívia Santana, para discutir o projeto da Ponte Salvador-Itaparica. Junto com o secretário Bruno Dauster e secretário Marcus Cavalcanti, ele expressou todo o andamento do projeto da ponte, cujo edital de licitação já está na rua. Neste mês de novembro, será na Bolsa de Valores, onde vai ter a concorrência pública, na Bolsa de Valores de São Paulo.

Então, quero parabenizar o nosso vice-governador, que veio a esta Casa explicar todo o andamento do projeto da ponte. Como disse o nosso secretário Bruno Dauster, não é o projeto de uma ponte, é o projeto de desenvolvimento da nossa Bahia. É isso que nós queremos, cada vez mais nossa Bahia crescendo, desenvolvendo, com esses projetos, como é a Ponte Salvador-Itaparica, como é o Porto Sul e a FIOLE. Então nós queremos é discutir isso.

Parabenizar o vice-governador, o nosso governador Rui Costa, que não tem medido esforços para fazer essa ponte tão importante para o desenvolvimento não só daqui de Salvador e da Ilha de Itaparica, mas de todo o Baixo Sul e toda a Bahia. Cada vez mais, nós temos que discutir aqui, nesta Casa, junto com a Prefeitura de Salvador, com o prefeito ACM Neto, o desenvolvimento da Bahia. Nós queremos a união, aqui, da Oposição com a Situação para discutirmos esse projeto tão importante para a nossa Bahia.

Também parabenizar a deputada Olívia Santana, que está levando a Comissão das Mulheres para Barreiras, vai fazer uma sessão itinerante lá, discutir todos os problemas, porque nós temos que defender as nossas mulheres. Parabéns, nossa deputada. Dizer que eu já coloquei uma emenda minha para poder ampliar o Coorpin de Barreiras, e onde vai ser ampliado já será criada uma ala da DEAM, nessa nova estrutura da Coorpin. Nós já botamos essa emenda para dar melhores condições de defender as mulheres da nossa Bahia e do nosso Brasil.

Eu quero agradecer a todos e vou estar presente com a senhora lá, mostrando o trabalho dessa comissão tão importante em defesa das mulheres da nossa terra.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido para fazer uso da palavra o deputado Pastor Tom pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente eu quero dar boa-tarde a todos, cumprimentar os deputados, cumprimentar os senhores e senhoras que trabalham nesta Casa, a imprensa, e todos os internautas que nos acompanham. Eu aguardei este momento para usar a tribuna e ouvi alguns deputados falando acerca da greve da Polícia Militar. Como policial militar, eu não poderia me calar diante do que está acontecendo na Bahia.

Eu acho que o momento não é um momento bom, é um momento de tristeza. O governador do estado tem condição clara de ouvir as demandas dos policiais militares. Aqui ouvi o Líder do Governo e o Líder da Oposição se colocando à disposição, e está em jogo ainda. Ontem... Ontem não, hoje, eu vim ouvindo a imprensa, e só na região metropolitana foram mais de sete pessoas mortas. Na última terça-feira, foi uma pessoa só. Então é uma demonstração de que, realmente, está acontecendo um movimento. Lógico! Claro que esta Casa é um Poder, e este Poder pode ajudar muito nesse processo, tem como ajudar.

Eu acho que usar esta tribuna aqui e falar que tem greve, e falar que não tem greve... Eu acho melhor a gente se reunir, no meu ponto de vista, 23 anos que eu tenho de polícia... Da última greve, em 2001, para cá eu acompanhei todas elas, e acho que quando você não dá ouvidos, quando você não valoriza, eu acho que isso vai inflamando cada vez mais, e pode ser pior. Então eu acho que o melhor é criar uma comissão. Aqui está o Líder do Governo, o deputado Rosemberg, eu sei que ele é muito humilde e quer o bem da Bahia, estou vendo os esforços do comando da polícia, do coronel Anselmo, do subcomandante também. Estou vendo os seus esforços com a polícia. Agora é o momento de unir forças, chamar, conversar e dar prosseguimento. Inclusive, estou apresentando um requerimento pedindo ao governo do estado que venha pautar o projeto do plano de carreira para os policiais militares. Está lá também na sua demanda, isso é valorizar o policial militar.

Quando estoura um movimento desse é porque na maioria o pessoal está à flor da pele. Tem como resolver, sim. Inclusive quero me colocar também à disposição neste momento que está acontecendo. E dizer que tem como, sim, chegar a um denominador e resolver esse caos que está aí implantado na Bahia. Lógico que estamos aqui orando, como homem de Deus estou orando para que isso o mais rápido possível venha a chegar ao fim, para que a tranquilidade realmente seja normalizada. E peço a Deus que o governador seja humilde nessa situação, que o Líder do governo também venha o mais rápido possível a criar uma comissão e chegar ao governador. Ainda que o governador esteja revoltado com a situação, e daí? Que esteja revoltado, mas já aconteceu. Então, vamos resolver, vamos nos desprender de toda vaidade agora e tentar resolver, é isso que tem que fazer, o governo tem que entrar em ação agora e resolver.

Quando você não dá credibilidade, vai inflamando, vai inflamando. Aí depois eu quero ver qual o discurso que vão usar, vão dizer que não tem. Está aí, hoje, o dia todo nos meios de comunicação, vários arrombamentos na cidade de Salvador. Vários! Vários arrombamentos. Ninguém quer isso, o cidadão baiano não quer isso. Então, peço aqui

encarecidamente ao Líder do governo... Mais uma vez, quero me colocar à disposição, vamos para o diálogo, porque os policiais militares também têm que ser respeitados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e têm dignidade.

Quero concluir as minhas palavras dizendo que tudo posso naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da Tribo de Judá!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pois não, deputado.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Queria aqui parabenizar o discurso dos nossos dois líderes, Rosemberg, nossos dois líderes discutindo aqui e mostrando que a polícia está com esse problema da greve. Acredito que a discussão e o diálogo são importantes. É isso que temos que fazer, esta Casa tem que abrir o diálogo, como disseram os dois líderes, é isso que temos que fazer, temos que proteger a sociedade.

Estão de parabéns os dois líderes que falaram aqui em união e mostrar o caminho para trazermos entendimento entre a Polícia Militar e o governo da Bahia. É isso que nós queremos. Então, está de parabéns a nossa Casa, que está discutindo à altura uma discussão tão importante aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com certeza, deputado Antonio Henrique, me associo inteiramente às suas palavras.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido a fazer uso da palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, acho que sobre essa questão da greve da Polícia Militar, essa suposta greve, porque não está havendo greve pelo menos na nossa região, são as notícias que me chegam. Quero discordar aqui de que haja arrombamentos fora do normal, para não estarmos criando pânico na sociedade. Acho que não houve adesão ao chamamento e, não sei, não tenho muito como opinar sobre o assunto, mas o que vejo no dia a dia da sociedade é que não houve adesão ao chamamento de greve. Então, é para fazer esse registro.

Mas vim aqui falar sobre outro assunto, presidente, que diz respeito à cidade de Pilão Arcado. Primeiro, tenho uma notícia para dar à sociedade de Pilão Arcado é que ontem, dos títulos de cidadão que foram aprovados aqui foi aprovado o do padre Guilherme, um padre alemão que há mais de 40 anos está na cidade de Pilão Arcado. Quem conhece Pilão Arcado sabe a distância entre Pilão Arcado e Salvador, são quase 800 quilômetros, e infelizmente tem um IDH muito baixo, um dos piores da Bahia. Eu sou daquela cidade, fico triste com isso, mas a gente fica feliz por conceder um título de cidadão ao padre Guilherme, que é um padre que tem feito daquela cidade a sua casa e tem feito daquele povo os seus irmãos e quem conhece Pilão Arcado sabe o tamanho do merecimento desse título de cidadão de padre Guilherme.

Por isso eu queria ressaltar isso, mandar um grande abraço à comunidade, à Paróquia de Pilão Arcado, aos cristãos, à comunidade católica em nome de Dom Beto, nosso

bispo lá de Juazeiro, e dizer que em breve nós vamos estar entregando esse Título de Cidadão. O padre já tem quase 80 anos, Rosenberg. Eu vou pedir para vocês irem comigo entregar esse título lá em Pilão Arcado para vocês conhecerem o que é o trabalho de alguém que, muito antes de Lula implementar os programas sociais, era o programa social em pessoa. Então, queria fazer esse registro, o primeiro Título de Cidadão que eu concedo nesta Casa e foi escolhido com muito cuidado.

Mas falando de coisa boa do Pilão, infelizmente eu vou falar de coisas que não são boas. Há uma ação na justiça de pessoas que fizeram concurso e foram aprovadas em 2007, são 700 concursados que foram aprovados, foram chamados em 2008 e em 2009 esse concurso foi anulado. O concurso foi anulado e eles foram naturalmente à justiça. Depois de 10 anos, alguns já tinham sido chamados, e foram à justiça. Advogados tentaram acordo com os prefeitos que por lá passaram, são três no total, aliás, dois, três mandatos, e não conseguiram esse acordo. Naturalmente, busca-se o quê? A Justiça. Foram buscar na Justiça, pois desses 700, 350 procuraram a justiça, alguns conseguiram êxito agora no TJ. Depois que conseguem o êxito no TJ, o prefeito da minha cidade, Pilão Arcado, Afonso – que é meu amigo de infância, inclusive, de adolescência, de jogar bola –, lança um decreto que dispõe sobre abertura de processo administrativo para verificar situação de servidores oriundos de concurso público anulado pela administração pública.

O concurso foi anulado, não teve processo administrativo e, depois de 10 anos, abre-se um processo administrativo quando o TJ começa a chamar essas pessoas.

Deputado Rosenberg, nós lutamos, a sociedade pediu concurso público por mais transparência no serviço público e agora vem a onda regressiva para se acabar com os concursos e acabar com o direito de quem ganha na justiça.

Esse decreto é muito fora de hora, porque o TJ já determinou que alguns sejam empossados imediatamente. Acompanhamos isso aqui de perto, conversamos com a advogada aqui, junto com o vereador Antônio Medeiros, com o vereador Paulo José...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o ex-vereador Everton tem acompanhado essa situação, e eu considero, como todos os juristas que eu consultei, não tenho muitos dados ainda, porque isso é de agora, que esse decreto é um decreto fora de hora, não tem base jurídica nenhuma e nós não vamos abrir mão de continuar tentando ajudar esses concursados que passaram, que têm o direito e que infelizmente foram cerceados desse direito, em 2009. E que infelizmente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o prefeito Afonso não quer... E agora abre um processo para tentar não dar posse a essas pessoas.

Peço ao prefeito Afonso que bote a mão na consciência, porque quem fez o concurso tem direito. E que ele, no lugar de baixar decreto, faça chamar todos os que têm ações na Justiça, todos os que têm direito a tomar posse para que tomem posse, a fim de que o serviço público possa andar bem na nossa cidade de Pilão Arcado.

Então, vamos acompanhar isso de perto. Quero mandar um abraço para a turma de Pilão Arcado e dizer que podem contar com o deputado Zó, porque nós vamos estar juntos nessa luta para que as pessoas tenham posse do seu direito efetivo que é o concurso público.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): O.k., deputado Zó, estaremos todos em Pilão Arcado para receber as bênçãos do padre e entregar o Título de Cidadão Baiano.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): Com a palavra o deputado Tiago Correia, por até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, imprensa que nos acompanha.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna parabenizar a Comissão Especial para Regulação do Transporte Complementar, que foi instalada hoje pela manhã. O presidente Robinson Almeida, o vice-presidente deputado Targino Machado, comissão essa da qual faço parte, entendendo a importância que o transporte complementar tem em nosso estado. Entendendo também a importância econômica, porque são milhares de famílias que têm como sustento principal o transporte complementar e entendendo o serviço importante que ele presta a nossa sociedade, quando transporta milhares de pessoas que carecem de transporte público e que não têm outras alternativas e opções de transporte, principalmente no interior do nosso estado.

Entendendo que o transporte complementar hoje vai além, com a crise que assola o nosso país e o nosso estado e passa a ser uma alternativa de renda para diversas famílias, diversos pais de família que possuem os seus veículos e passam a transportar pessoas e mercadorias como uma fonte alternativa de renda.

Temos os conhecidos “ligeirinhos”, que prestam serviço de extrema importância no momento em que transportam doentes, transportam pacientes, transportam alunos, que muitas vezes não teriam como chegar aos seus compromissos se não tivessem esses transportes complementares.

Nós vemos hoje uma legislação muito dura, que muitas vezes aplica multas de valores maiores até que os próprios veículos, fazendo com que eles percam os seus veículos, percam o seu meio de sustento. Mas devemos entender que esse é um problema muito complexo que afeta não só o transporte intermunicipal. Muitas das cidades que são polos, como Vitória da Conquista, Feira de Santana e Itabuna, recebem transporte alternativo, carros alternativos de diversas cidades circunvizinhas, que levam pessoas que trabalham diariamente.

Esses veículos entram nos municípios pela manhã e só retornam à noite. Quer dizer, eles causam um impacto quando ficam estacionados porque são muitos veículos. Causam impacto no transporte urbano, quando, nesse intervalo, muitos deles fazem transporte urbano de passageiros, interferindo, inclusive, na viabilidade de empresas que trabalham nesses municípios.

Então, é um problema muito amplo, é um problema muito grave, e esta Casa está de parabéns. O deputado Robinson fez uma audiência pública que foi muito expressiva, muito frequentada, muita gente veio debater esse assunto devido a sua importância, e hoje esta Casa implementou essa comissão especial. Nós temos muito para debater e queremos chamar os prefeitos para debater, para trazer os seus problemas. Sugeri que os prefeitos dos grandes centros fossem chamados individualmente para que trouxessem o impacto do transporte alternativo nos seus municípios.

Então, Sr. Presidente, convido toda esta Casa, não só os membros dessa comissão, a debater o assunto, a buscar junto às suas bases os principais problemas e os principais gargalos, para que possamos manter o ganha-pão de diversas famílias. Mas também possamos manter o direito de ir e vir de milhares de pessoas que não têm condições de ter um carro próprio e o único meio de transporte que têm é o transporte alternativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): O.k., deputado Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): Não havendo nenhum inscrito para o Horário das Representações Partidárias, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.